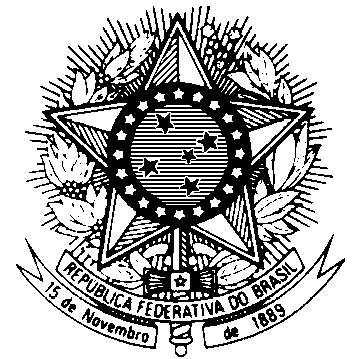
PODER JUDICIÁRIO



## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

#### EDITAL DE LICITAÇÃO TSE Nº 132/2011

##### MODALIDADE: PREGÃO

FORMA: ELETRÔNICA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL E ....................................

O **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, sediado no Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores, Quadra 1, Bloco C, na Cidade de Brasília/DF, CNPJ/MF sob o n° 00.509.018/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela **DIRETORA-GERAL** da Secretaria,.................................................,portadoradaCarteira de Identidade nº................................., CPF/MF nº ....................................., e, de outro lado, a empresa ......................................, com sede ......................................, na Cidade de ..................., ........................, CNPJ/MF nº .........................., daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu ...................................., ......................................., portador daCarteira de Identidade nº.............................., CPF/MF nº ........................, têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS**,sob a regência das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, de acordo com o Procedimento Administrativo nº 19.023/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de \_\_\_\_\_\_ impressoras laser multifuncionais **(item 1),** \_\_\_\_\_ impressoras laser monocromáticas (**item 2)**, \_\_\_\_\_\_ impressoras matriciais **(item 3)** e \_\_\_\_\_\_ impressoras matriciais de linha **(item 4),** incluindo garantia de assistência técnica *“on-site”,* pelo período de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, com entrega no Tribunal Superior Eleitoral e nos Tribunais Regionais Eleitorais, conforme especificações, condições e prazos constantes do Edital de Licitação TSE nº \_\_\_\_/2011, seu Anexo I, e proposta da **CONTRATADA**,que passam a fazer parte deste instrumento, independentemente de transcrição, no que não conflitar com as disposições do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA  
DA EXECUÇÃO

A execução do objeto do presente contrato será realizada com o fornecimento do objeto descrito na Cláusula Primeira deste contrato, por meio do estabelecimento da **CONTRATADA**, inscrito no CNPJ nº.........................., de acordo com as condições e especificações estabelecidas no Edital de Licitação TSE nº \_\_\_\_/2011, nos seus anexos e na proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA  
DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**O CONTRATANTE:**

1. emitirá o aceite provisório no ato do recebimento dos equipamentos;
2. emitirá o Aceite definitivo conforme item 7 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº\_\_\_\_/2011;
3. realizará a inspeção técnica dos equipamentos para verificação da sua integridade física;

1. elaborará junto com a **CONTRATADA**, um cronograma para a distribuição dos equipamentos adquiridos em conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº \_\_\_\_/2011;
2. comunicará à licitante **CONTRATADA** qualquer impropriedade apresentada nos equipamentos;

**5.** prestará as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante **CONTRATADA**;

**6.** efetuará o pagamento à **CONTRATADA**, segundo as condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA  
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**A CONTRATADA** obriga-se a:

1. entregar os equipamentos nos prazos especificados no item 6 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº \_\_\_\_/2011 e nas unidades de Administração de Almoxarifado do Tribunal Superior Eleitoral e dos TRE’s, localizadas nas capitais brasileiras, conforme lista de endereços a ser fornecida pelo **CONTRATANTE**;

**1.1.** a entrega deverá ser feita, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (8:00 às 18:00), devendo ser agendada previamente;

1. entregar, no momento da entrega dos equipamentos, documentação completa e atualizada (manuais, termos de garantia, etc.), no idioma Português ou Inglês necessária à instalação e à operação do(s) equipamento(s);
2. entregar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, sem marcas, amassados, arranhões e/ou outros problemas físicos, obedecendo rigorosamente a todas as especificações técnicas exigidas, inclusive no tocante a marcas, modelos de peças e/ou componentes internos, externos e consumíveis;
3. substituir o(s) equipamento(s) entregues que apresentar(em) defeito por transporte e/ou processo fabril, em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação, sob pena de, após os prazos definidos, serem aplicadas as penalidades contratuais previstas;
4. entregar as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos por outros com padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sendo sempre “novos e de primeiro uso”;
5. prestar garantia técnica dos equipamentos nas dependências do TSE e dos TRE’s, nas capitais brasileiras de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, na forma descrita no item 4 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº \_\_\_\_/2011, contada da emissão do recebimento definitivo emitido pelo **CONTRATANTE**;
6. prestar os serviços de assistência técnica, durante o período de garantia técnica, sem qualquer custo para a **CONTRATANTE**, e na forma descrita no item 4.2 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº \_\_\_\_\_/2011;
7. cumprir todas as exigências dispostas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº \_\_\_\_/2011;
8. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato**;**
9. manter, durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação.

**CLÁUSULA QUINTA**

**DO VALOR CONTRATUAL**

O preço unitário a ser pago à **CONTRATADA**, pelo fornecimento do objeto deste contrato, é de R$ \_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_), constante de sua proposta, atualizada com o último preço ofertado no pregão, sendo de R$ .................. (..............................) o valor deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA  
DO PAGAMENTO

1. O pagamento do objeto do presente contrato será efetuado conforme previsto no item 7.2 do Termo de Referência – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº \_\_\_\_\_/2011, até o 8º (oitavo) dia útil, a partir do atesto da nota fiscal pelo servidor responsável pelo aceite definitivo, mediante depósito bancário em conta da **CONTRATADA**, observado o disposto na Lei nº 9.430/1996 e a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/1993.

**1.1.** O servidor responsável pelo atesto da nota fiscal terá o prazo de até 4 (quatro) dias úteis para fazê-lo, contando-se esse prazo a partir do recebimento definitivo.

1. Para que seja efetuado o pagamento, a **CONTRATADA** deverá:
2. apresentar nota fiscal correspondente à entrega dos equipamentos e dos serviços prestados, conforme último lance ofertado no pregão, bem como documento que comprove a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa;
3. comprovar sua regularidade perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil), admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
4. comprovar quitação dos impostos, taxas e demais encargos que incidam sobre os pagamentos resultantes da contratação.
5. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

**3.1** Eventual mudança do CNPJ do estabelecimento da **CONTRATADA** (matriz/filial), encarregada da execução do contrato, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal ou fatura, não se aceitando pedido de substituição de CNPJ após o dia 30 de novembro.

1. Poderá ser dispensada a apresentação dos documentos enumerados na letra “b” do item 2 desta Cláusula, se confirmada sua validade em consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
2. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente qualquer obrigação legal ou contratual, sem que isso gere direito à alteração dos preços ou de compensação financeira por atraso no pagamento.
3. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TSE, entre a data referida no item 1 deste Cláusula e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:

EM = I x N x VP

**Onde:**

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado: I = (6/100)/365).

CLÁUSULA SÉTIMA  
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União, para o exercício de 2011, no Elemento 44.90.52 – Material Permanente, do PROGRAMA 02.122.0570.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa, compromissada pela Nota de Empenho nº ................., de ...../..../....., no valor de R$ ....... (..........).

CLÁUSULA OITAVA  
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. No caso de a **CONTRATADA** falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações previstas em lei.
2. As sanções de advertência, bem como de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com as multas convencionais e de mora, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.
3. A **CONTRATADA**, durante a execução do contrato, ficará sujeita a aplicação de multa de mora e convencional, variável de acordo com a gravidade dos casos a seguir.

**3.1.** Para efeito de aplicação das penas de advertência e multa, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas seguintes:

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 1 | Advertência |
| 2 | 0,3 % ao dia, sobre o valor da parcela não cumprida |
| 3 | 1% ao dia, sobre o valor do equipamento com defeito |
| 4 | 1% ao dia, sobre o valor do equipamento entregue com atraso |
| 5 | 0,25% sobre o valor da nota fiscal |
| 6 | 1% sobre o valor da garantia |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INFRAÇÃO | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **GRAU** |
| 1 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seu Anexo I, não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência. | **1** |
| 2 | Deixar de cumprir o prazo para entrega dos equipamentos, sem justificativa, por dia de atraso, limitada sua aplicação até o máximo de 20 (vinte) dias. | **2** |
| 3 | Deixar de cumprir o prazo para a solução dos problemas de garantia, no prazo previsto no item 4.2.2 do Termo de Referência Anexo I do Edital de Licitação TSE nº \_\_\_2011, por dia útil de atraso injustificado, limitada a incidência a 10 (dez) dias de ou a 3 (três) ocorrências. | **3** |
| 4 | Deixar cumprir o prazo previsto no item 7.1.2, na substituição do(s) equipamento(s) entregue(s) em desconformidade com as especificações ou com defeito, por dia de atraso, limitada a incidência a 10 (dez) dias de atraso injustificado ou a 3 (três) ocorrências. | **4** |
| 5 | Deixar de entregar os documentos que comprovem a origem dos bens importados e a quitação dos tributos de importação a eles referente, por dia de atraso, limitada sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias | **5** |
| 6 | Deixar de cumprir o prazo para a apresentação da garantia contratual ou sua complementação, se for o caso, conforme descrito na Cláusula Nona deste Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 7 dias. Após o 7º (sétimo) dia, poderá ser configurada a inexecução parcial do contrato. | **6** |

1. Será configurada a inexecução parcial do contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento contratual, caso os limites máximos estabelecidos na tabela acima para aplicação de multa de mora sejam extrapolados. O atraso na entrega por período superior ao da tabela acima, poderá configurar a inexecução total da obrigação assumida.
2. Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, na ocorrência de inexecução parcial reconhecendo, desde já, a **CONTRATADA** os direitos da Administração, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.
3. As multas de mora, e convencional por inexecução parcial, quando aplicadas de forma isolada ou concomitante, não ultrapassarão o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato celebrado, considerando-se para esse fim, cada item como um contrato em apartado.
4. Na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula a autoridade competente poderá se valer dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, e da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas.
5. A **CONTRATADA**, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o fornecimento dos equipamentos, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, e em documento contemporâneo à sua ocorrência, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração.
6. Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.
7. O TSE promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à **CONTRATADA**.
8. O período de atraso será contado em dias corridos.
9. Fica estabelecido que os casos omissos serão resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto do presente contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/1993, e a Lei nº 10.520/2002, aplicando-lhes, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.
10. Os atos administrativos de aplicação das sanções, com exceção de advertência, multa de mora e convencional, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA NONA  
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos administrativos concernentes ao presente contrato cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZ

DA RESCISÃO

O **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato, sem prejuízo das penalidades contratuais ou legais, no caso de sua inexecução total ou parcial ou nos demais previstos no art. 78 da Lei n.º 8.666/1993, e ainda nos seguintes:

1. não correção dos defeitos ou deficiências devidamente notificados na execução do objeto;

**b)** descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, bem como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

CLÁUSULA ONZE

DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DOZE

DA VIGÊNCIA E DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União e duração de 6 (seis) meses.

CLÁUSULA TREZE

DA GARANTIA TÉCNICA

A garantia técnica dos equipamentos será de 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento definitivo.

CLÁUSULA QUATORZE

DO FORO

O foro da Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para solucionar conflitos de interesses entre as partes relativos ao presente Contrato.

CLÁUSULA QUINZE

DA PUBLICIDADE

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, correndo as despesas por conta do **CONTRATANTE**.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para todos os fins de direito.

Brasília/DF, de de 2011.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
CONTRATADA**